

A ESCOLA REGULAR DE ENSINO E O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN: LIMITES E POSSIBILIDADES

Manuelle Souza e Souza¹, Paulo Roberto Ricarte Pereira².

¹Instituto Esperança de Ensino Superior- IESPES (manu.fisio26@gmail.com)

²Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

RESUMO: A ideia de pesquisar o tema desta obra surgiu da inquietação de como se desenvolve o trabalho de preparação do aluno com síndrome de Down. Na educação especial, os métodos devem ser outros, onde estes possam influenciar na aprendizagem e trazendo consigo benefícios favoráveis à sua aprendizagem. O objetivo central descreve quais são as metodologias utilizadas pelos professores e se os mesmos contribuem de maneira significativa para a aprendizagem e desenvolvimento da inclusão das crianças com Síndrome de Down. A pesquisa tem a intenção de responder ao problema: “Como a escola regular possibilita o desenvolvimento cognitivo da criança com Síndrome de Down? Quanto à metodologia aplicada, o referido trabalho se trata de uma pesquisa de natureza exploratória, do tipo descritiva, com caráter bibliográfico-documental, sem inserção no campo. Por último, a conclusão, que vem no intuito de expor os resultados da pesquisa diante da realidade pesquisada em que, após observar tais considerações, reconhece-se que é preciso pensar a atividade corporal das pessoas com necessidades especiais na sua totalidade, tendo em consideração seu histórico de vida, suas experiências, motivações, perspectivas, tendências, mudanças e uma proposta de trabalho inclusivo.

PALAVRAS - CHAVE: Educação. Síndrome de Down, Inclusão.

EIXO TEMÁTICO: Inovação, Educação e Pesquisa em Saúde coletiva.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade refletir sobre o processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down (SD) no Ensino Fundamental, entendendo como uma problemática significativa para ser abordada na escola regular de ensino na cidade de Santarém, uma vez que a mesma tem um papel social fundamental nesse processo de inclusão.

A SD também conhecida como Trissomia do Cromossomo 21, é um distúrbio genético que ocorre na formação do feto, especificadamente no período da divisão celular do embrião causando a presença de um cromossomo extra, total ou parcial no código genético humano, o que ocasiona alterações no desenvolvimento humano e o aparecimento de características físicas, cognitivas, funcionais e anomalias congênitas, notáveis e de simples análise (PUESCHEL, 2000).

Segundo o Relatório Mundial da Saúde (2012), onde retrata conceitos fundamentais sobre deficiência e o amplo campo de sua aplicabilidade, aborda que através do modelo médico e o exemplo social afeiçoam uma apresentação separados, no entanto, afirma que a deficiência não pode ter uma visão limitada como um puro e mero significado médico, tão pouco eminentemente social. As pessoas que apresentam uma deficiência, de vez em quando, podem também acabar expondo problemas decorrentes de seu estado físico. Dessa forma, torna-se necessário equilibrar a definição quanto ao devido aspecto direcionada aos diferentes tipos de deficiência.

OBJETIVO

Apresenta-se como objetivo descrever quais são as metodologias e recursos pedagógicos utilizados pelos professores e ao analisar trabalhos investigados em algumas bases de dados como SciELO e CAPES, perceber se contribuem de significativa para a aprendizagem e desenvolvimento da inclusão das crianças com Síndrome de Down.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza exploratória. A mesma proporciona maior familiaridade com o problema podendo envolver como técnica um levantamento bibliográfico, como também, entrevistas com estudiosas da área, proporcionando um conhecimento da realidade sem interferir nela (GIL, 2008). Na medida em que pretende delinear as características de determinadas populações ou fenômenos, a pesquisa também se torna descritiva.

Para ajudar nessa análise os trabalhos pesquisados se basearam em trabalhos primários e secundários, sendo uma tese de doutorado, duas dissertações de mestrado, um trabalho monográfico, 23 artigos oriundos de publicações por meio das bibliotecas virtuais SciELO, CAPES e Google Acadêmico, a Lei 9394/96, Constituição (1988), o Parecer CNE/CEB n.017/2001. Os estudos foram organizados na tabela que segue abaixo, sendo divididos em eixos temáticos em um marco histórico dos últimos 20 anos:

1.Construção Sócio-histórica da Síndrome de Down	2. Políticas Públicas e Legislações	3. Relatos de trabalhos desenvolvidos.
Síndrome de Down: situação escolar no ensino fundamental e médio da cidade de Araraquara-SP.	Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.	A educação da criança com deficiência: da segregação às propostas inclusivas.
Síndrome de Down, guia para pais e educadores.	SEESP (Secretaria de Educação Especial) – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.	Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.
O que é síndrome de Down.	Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência Série E.	Educação Inclusiva: O que o Professor tem a ver com isso?
Síndrome de Down.	Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de	Como elaborar projetos de pesquisa.

	1988.	
Síndrome de down: etiologia caracterização e impacto na família.	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96	O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular.
	Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Parecer.	Avaliação das habilidades cognitiva e visomotora em pessoas com Síndrome de Down.
		A inclusão da criança com síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades.
		Relatório Mundial sobre a Deficiência.

RESULTADOS E DISCURSÕES

No que concerne a legalidade no campo educacional voltado para pessoas com necessidades especiais, a nova LDB, mesmo que de maneira prescritiva, apresenta sinais do procedimento de conexão. Contudo, a Lei não acionou amplificadores que distingam para a indispensável mudança da composição educacional, no entanto, pode-se observar que há uma maior flexibilidade dos parâmetros para aprovação e ascensão escolar, incrementando a força de uma tendência integrativa para os alunos com necessidades especiais. (SOUZA E LIMA, 2017).

Segundo o Art. 59, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os sistemas de ensino deverão assegurar a todos os educandos que sejam diagnosticados com necessidades especiais no que diz respeito aos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades. Bem como apresentarem terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. O referido artigo ainda aponta que os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, tanto quanto os que do ensino regular que apresentarem uma capacidade para relação desses educandos nas classes comuns, ainda encerra argumentando que o “acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular”.

Cunha (2015) corrobora com esse pensamento afirmando que o paradigma da escola inclusiva pressupõe, conceitualmente, uma educação apropriada e de qualidade dada conjuntamente para todos os alunos – considerados dentro dos padrões da normalidade todos incluindo os alunos com necessidades educacionais especiais – nas classes do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os alunos, indiscriminadamente.

CONCLUSÃO

Fica claro que não depende apenas do contexto escolar a ascensão na aprendizagem e a facilitação nas quebras das barreiras que rodeiam as dificuldades, segundo a citação acima, percebe-se uma maior fle-

xibilidade quando crianças com SD são incluídas na escola regular, demonstrando uma evolução tanto no trato motor, quanto no social e cognitivo. É importante evidenciar aqui uma das instituições especiais para esse fim, as APAE, uma vez que denotam grande capacidade para recepcionar essas crianças e jovens, apesar de que no ensino regular, é possível diagnosticar benefícios advindos da inclusão, entre eles: linguagem, comportamento motor, aspectos de aprendizagem acadêmica, e maneiras de lidar com a sociedade de maneira geral (FOSSI, 2010).

A presente discussão se encerra relatando um fragmento relevante do estudo realizado por Ferreira (2009), em que mostra em suas investigações um levantamento de dados que corroboram sobre a capacidade do organismo humano em se adaptar ao meio e que a plasticidade cerebral está relacionada à qualidade, duração e forma de estimulação que a pessoa com síndrome de Down recebe. Evidenciando dessa forma, que a plasticidade na síndrome implica diretamente no meio em que a pessoa está inserida. Confirmando ainda que existe a possibilidade de ampliar e determinar certa resposta está condicionada ao apoio que a pessoa recebe do meio. Assim pode-se perceber que, quanto mais se oferecer um ambiente solicitador, que promova autonomia e diferentes possibilidades de descobertas de seu potencial, melhor será o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Série Legislação Brasileira).

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético-estético no fazer em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Série B. Textos Básicos de Saúde.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96**. Brasília, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB n.017/2001. MEC/ SEESP, Brasília, 2001.

CUNHA, Rosa Maria Oliveira da. **Aprendizado e desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down: estratégias pedagógicas**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB. 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15852/1/2015_RosaMariaOliveiraDaCunha_tcc.pdf. Acesso em: 22/05/2025.

FERREIRA, M. M.; **Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental. EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Lins – SP 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>. Acesso em: 23/05/2025.

FOSSI, Giovana de Cássia Gonçalves. **Necessidades educativas Especiais e a Inclusão Escolar**. Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Especialista em Prática Interdisciplinar: Educação Infantil, Séries Iniciais e a Inclusão da Educação Especial, da Faculdade Capivari. 2010. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-CassiaGoncalves-Fossi.pdf> Acesso em: 22/05/2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PUESCHEL, S. (Org.) **Síndrome de Down**. Guia para pais e educadores. Tradução Lúcia Helena Reily. Campinas: Papirus, 2000.

SOUSA, P.B.; LIMA, M. A. C.; valverde, C.; **Inclusão escolar com alunos com Síndrome de Down na última década.; pedagogia em foco**; DOI: 10.29031/pedf.v12i8.316 Iturama (MG), v. 12, n. 8, p. 44-60,

jul./dez.

2017.

Disponível

em:

https://www.researchgate.net/publication/321940163_A_INCLUSAO_ESCOLAR_DE_ALUNOS_COM_SINDROME_DE_DOWN_NA_ULTIMA_DECADA. Acesso em: 21/05/2025.

TCLIN, J. S. **Fisioterapia Pediátrica**. 3. Ed. São Paulo: Artmed 2002.

World Health Organization (OMS), The World Bank. **Relatório mundial sobre a deficiência**. São Paulo: SEDPcD, 2012.